Congresso Internacional de Administração
ADM 2020
As Novas Fronteiras da Administração
19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO

CHALLENGES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION IN PERNAMBUCO STATE EDUCATION SCHOOLS

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marco Aurélio Benevides de Pinho, UFRPE, Brasil, marcoabpinho@gmail.com

Rivaldo Lins dos Santos Neto, UFRPE, Brasil, rivaldo.lins@gmail.com

Rafaela Rodrigues Lins, UFRPE, Brasil, faelalins20@hotmail.com

Millena de Carvalho da Cunha, UFRPE, Brasil, millenacarvalho97@gmail.com

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, oferecida pela rede pública, para jovens e adultos com faixas etárias superiores a 15 e 18 anos, que têm a intenção de cursar o ensino fundamental e médio, respectivamente. Esse estudo objetiva identificar entraves pontuados por gestores, professores e alunos no sucesso da Educação de Jovens e Adultos, no intuito de direcionar políticas públicas que considerem tais problemáticas. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando-se da estratégia de estudo de caso instrumental, objetivando a análise da realidade dos atores da modalidade EJA de uma escola pública da rede estadual de ensino de Pernambuco. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários estruturados, com o objetivo de efetuar um recorte transversal do fenômeno estudado. A pesquisa foi realizada com 78 alunos e 11 profissionais de educação da EJA. Dos alunos que se encontravam há mais de 5 anos sem estudar, 78% relataram que o motivo que os levou a se afastar dos estudos foi a atividade laboral. No campo das dificuldades que os alunos apontam como limitantes para o seu progresso na EJA, 60% dos entrevistados alegou dificuldades de ordem externa, tendo 28% dos estudantes seu desempenho comprometido devido ao trabalho. Estes dados corroboram com a percepção dos profissionais de educação da escola, dos quais 91% admitem que dificuldades externas e de aprendizagem, relacionadas à atividade laboral, são os principais fatores limitantes à permanência dos estudantes na escola e ao alcance dos objetivos da modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Dificuldades; Políticas públicas.

Abstract

Youth and Adult Education is a teaching modality, offered by the public network, for young people and adults over the age of 15 and 18, who intend to attend elementary and high school, respectively. This study aims to identify obstacles punctuated by managers, teachers and students in the success of Youth and Adult Education, in order to direct public policies that consider such problems. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach, using the instrumental case study strategy, aiming at analyzing the reality of the actors of the EJA modality of a public school in the state school of Pernambuco. The data were collected through the application of structured questionnaires, in order to cross-section the studied phenomenon. The survey was conducted with 78 students and 11 education professionals from EJA. Of the students who had not been studying for more than 5 years, 78% reported that the reason that led them to withdraw from studies was work activity. In the field of difficulties that students point out as limiting their progress in EJA, 60% of the interviewees claimed difficulties of an external nature, with 28% of students having their performance compromised due to work. These data corroborate the perception of school education professionals, of whom 91% admit that external and learning difficulties, related to work activity, are the main factors limiting the students' permanence in school and reaching the goals of the modality.

Keywords: *Youth and Adult Education; Difficulties; Public Policies.*

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, oferecida pela rede pública, para jovens e adultos com faixas etárias superiores a 15 anos, no caso do sujeito interessado em cursar o ensino fundamental, e superiores a 18, quando a intenção é cursar o ensino médio (Brasil, 2000). Portanto, corresponde a uma formatação da Educação Básica direcionada àqueles que não completaram o ensino fundamental ou médio em idade apropriada. Ou seja, não tiveram oportunidade de acesso ou permanência a um dos bens públicos mais consideráveis, que é a educação (Prestes & Andrade, 2017). A oferta independe do motivo que ocasionou a não conclusão dos estudos. No entanto, como causa frequente aparece a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância.

Diante disso, esta modalidade é composta por grupos e pessoas das mais diferentes características étnicas e sociais do país, como: negros, indígenas, pescadores, ribeirinhos, população do campo, mulheres, jovens, idosos, pessoas em privação de liberdade, com necessidades educacionais especiais, povos tradicionais, populações de periferia urbana, trabalhadores com inserção precária no mercado, entre outros. Por isso, é importante considerar esta diversidade para pensar em políticas públicas e abordagens pedagógicas que se adequem, particularmente, à vida de cada um destes sujeitos (Prestes & Andrade, 2017).

A partir da década de 1940, observa-se que a EJA passou a se constituir como política educacional nas redes de ensino municipais, estaduais e federal. Isso ocorreu devido a EJA ter sido incluída em políticas de governo (referida em campanhas e resoluções de conselhos educacionais), na legislação (já que consta na LDB 9.394/96, como uma modalidade da Educação Básica, e na própria Constituição Federal) e no financiamento público (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundeb) (Ribeiro, Joia, & Di Pierro, 2001). No entanto, a EJA ainda está às margens da educação, ocupando um lugar de pouco valor no sistema educacional brasileiro, o que não a faz colaborar, como deveria, na reversão da situação social dos sujeitos aos quais esta modalidade é destinada (Prestes & Andrade, 2017).

Alguns fatores são apontados por pesquisadores da Educação como explicações para a dificuldade da EJA no alcance de seus objetivos. São discutíveis as políticas de atendimento, a acessibilidade, a organização dos cursos, a qualidade destes e a relevância do ensino que tem sido oferecido ao público de jovens e adultos. Outros estudiosos apontam os baixos níveis de investimentos do Fundeb na modalidade (o equivalente a 80% do valor de referência atribuído às séries iniciais do Ensino Fundamental regular urbano), o que desestimula os gestores a investir na modalidade, uma vez que os custos de manutenção das turmas de EJA são os mesmos das turmas do ensino regular. Outros analistas afirmam que os elevados índices de abandono na EJA colaboram para tornar a modalidade desprestigiada entre os dirigentes escolares, já que os indicadores de fluxo e rendimento repercutem na avaliação e disponibilização de recursos às unidades de ensino (Di Pierro, 2014).

A explicação mais aceita atualmente é que as características dos currículos nas escolas públicas não se adequam às necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. Na maior parte dos casos, os cursos são acelerados e voltados à reposição dos mesmos conteúdos escolares veiculados no ensino infanto-juvenil. Com isso, além do risco de infantilização dos alunos, é ignorada a carga de saberes das pessoas jovens e adultas, o que os faz serem considerados como indivíduos desprovidos de quaisquer conhecimentos (Di Pierro, 2014).

Assim é que, diante da gama de causas que podem estar limitando o sucesso dessa modalidade de ensino, se faz necessário investigar o tema, através de um estudo realizado em uma escola

da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, no intuito de buscar entender quais aspectos estão, de fato, impactando no desenvolvimento da modalidade EJA?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A educação de jovens e adultos

O público que recorre à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é composto por aqueles que nunca iniciaram os estudos ou que tiveram que interrompê-los por diversos motivos tais como: ingresso precoce no mercado de trabalho, dificuldade de acesso à escola, fracasso ou evasão escolar (Teles & Soares, 2016).

Esta modalidade pode ser oferecida em diversas formas de organização, desde cursos presenciais, semipresenciais ou à distância, com avaliação no processo de ensino e aprendizagem ou em exames públicos de certificação de competências. Em relação ao tempo de curso, a normatização vigente permite organização em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, grupos não seriados, em regime de alternância etc. (Di Pierro, 2014).

A oferta é para jovens e adultos com faixas etárias superiores a 15 anos, no caso do sujeito interessado em cursar o ensino fundamental, e superiores a 18, quando a intenção é cursar o ensino médio. Apesar disso, a EJA não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Assim, essa modalidade abrange determinado grupo homogêneo de pessoas, que permeia a diversidade de grupos culturais que compõem a sociedade atual (Oliveira, 1999).

Logo, a EJA é direcionada aos sujeitos excluídos do sistema educacional, especificamente o segmento das camadas populares que deseja uma educação que permita-lhes superar sua situação de exclusão política e econômica. Com isso, essa modalidade de ensino tem se popularizado na sociedade, reunindo, em sala de aula, jovens, idosos, homens e mulheres, motivados a desenvolver o processo de aprendizagem (Teles & Soares, 2016).

O perfil do público adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, é, geralmente, o de migrantes de áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais analfabetos, que podem já ter passado ou não por uma escola, mas que tiveram que optar por experiências no trabalho rural na infância e na adolescência, restando-lhes, agora, trabalhar em ocupações urbanas não qualificadas. Já o jovem, que ganhou seu espaço há pouco tempo na antiga educação de adultos, é também um excluído da escola, porém, geralmente, incorporado aos cursos e mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas à camada da sociedade que é urbana e escolarizada (Oliveira, 1999).

A EJA surgiu com o objetivo de possibilitar a formação escolar desse público que está à margem da sociedade, no intuito de superar a realidade de baixa escolarização e analfabetismo da população brasileira. Diante disso, estudos destacam quatro funções sociais atribuídas à EJA: tornar-se espaço de acolhida a migrantes rurais, que buscam se inserirem na sociedade escolarizada; desenvolver as competências profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, elevando o nível educativo da população adulta não escolarizada; reinserir, no sistema educativo, adolescentes e jovens excluídos deste espaço, e acelerar os estudos dos que apresentem acentuado atraso escolar; e promover oportunidades de atualização, qualificação e formação cultural de maneira independente da fase de vida do indivíduo (Di Pierro, 2008; Hernández, 2008; Rodríguez, 2009).

2.2 Políticas e Programas Públicos de Apoio à EJA

O direito à educação dos brasileiros, a organização do sistema educativo e os planos de ação em educação são garantidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – e pela Lei 10.172/2001 do Plano Nacional de Educação – PNE (Di Pierro & Graciano, 2003).

No caso dos jovens e adultos, seus direitos estão assegurados no Capítulo III, Artigo 208, Seção I - Da Educação, da Constituição Federal do Brasil que estabelece que é dever do Estado cuidar da educação, com a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive, também para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 1988).

A LDB contempla a escolarização básica desse grupo social na Seção V do Capítulo II da Educação Básica, que determina aos sistemas de ensino assegurar cursos e exames que proporcionem oportunidades educacionais apropriadas aos interesses, condições de vida e trabalho dos jovens e aos adultos. Estipula ainda que o acesso e permanência dos trabalhadores na escola seja viabilizada e estimulada por ações integradas dos poderes públicos. Essa lei veio para reforçar a educação proporcionada aos jovens e adultos e atenuar a exclusão e marginalização social enfrentada pelos mesmos, que, em grande parte, se encontravam fora das instituições escolares (Teles & Soares, 2016).

Já a Lei 10.172/2001, do PNE, definiu metas prioritárias, relacionadas com a modalidade EJA, como: alfabetizar, em cinco anos, dois terços da população analfabeta e, em uma década, erradicar o analfabetismo; em cinco anos, ofertar os anos iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população com mais de 15 anos, que não possuísse este nível de escolaridade; atender toda a população com mais de 15 anos, que tenha concluído os anos iniciais, com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental; dobrar o atendimento de jovens e adultos no Ensino Médio em cinco e quadruplicá-lo em dez anos (Di Pierro & Graciano, 2003).

As políticas governamentais referentes à EJA têm tomado forma nos últimos anos e os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) se caracterizam como programas que enfatizam o empreendedorismo e empregabilidade, visando o combate ao desemprego estrutural. Assim, programas do governo federal, dentre os quais estão relacionados a seguir os que vigoram até os dias atuais, passaram a determinar e legitimar ações para a EJA, a partir de 2003 (Jeffrey, Leite, & Dombosco, 2011).

- **Programa Brasil Alfabetizado (PBA):** Lançado em 2003, no governo Lula, o programa é voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos, com objetivo de ser uma via de acesso à cidadania e uma possibilidade de elevação da escolaridade. Então, oferece oportunidade de alfabetização aos jovens e adultos com mais de 15 anos, que não tiveram acesso à escola ou que tiveram de interromper os estudos, principalmente os que fazem parte de segmentos sociais discriminados ou de vulnerabilidade social (Brasil, 2010).
- **O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem):** Instituído em 2005, pela Lei n.º 11.129, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) é destinado aos jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. O intuito é contribuir para a reinserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de emprego, a inclusão digital e a integração profissional. O programa existe nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra; e Projovem Trabalhador (Brasil, 2005).

- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja):** Em 2006, o Proeja foi instituído, através do Decreto n.º 5840/2006. Oferta cursos e programas de educação profissional, com a finalidade de proporcionar a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio, considerando as características específicas dos jovens e adultos. Com isso, pode atender tanto ao ensino fundamental quanto ao ensino médio, tendo como objetivo elevar o nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada (Brasil, 2005).

2.3 Desafios da EJA

No Brasil, desenvolveu-se uma consciência do direito à Educação na infância, mas, não do direito à Educação ao longo de toda a vida. E, devido a esta cultura, observa-se que os níveis de matrículas na modalidade vêm reduzindo com o passar do tempo (Di Pierro, 2014).

Alguns estudiosos das ciências sociais atribuem este declínio aos contextos dos educandos, considerando que a marginalização e a falta de perspectivas de mudança, que atingem as classes sociais menos favorecidas, de onde é oriunda a maioria dos alunos da EJA, influem na falta de motivação e nas dificuldades de acompanhar os processos de ensino-aprendizagem. Diante disso, as políticas de EJA devem propor estratégias de desenvolvimento comunitário aliado à formação geral e a preparação para o desenvolvimento de atividades remuneradas (Di Pierro, 2014).

Porém, fatores internos ao sistema educativo também são considerados como explicação para a redução da procura pela EJA. Dentre estes fatores, pode-se citar: as políticas de atendimento, a acessibilidade e a organização dos cursos e a qualidade e a relevância do ensino que tem sido oferecido. O montante dos recursos disponibilizados à EJA, através do Fundeb, é outro fator relevante, uma vez que apenas 80% do valor de referência atribuído às séries iniciais do ensino fundamental regular, são atribuídos à modalidade. Porém, os custos com esta não são menores que os do ensino regular (Di Pierro, 2014).

E, sob outro ângulo, os altos índices de abandono na EJA colaboram para tornar a modalidade pouco defendida pelos dirigentes escolares, já que indicadores de fluxo e rendimento influenciam na avaliação das unidades de ensino e na remuneração e a progressão dos professores. Isso acaba por caracterizar um círculo vicioso, onde o desinteresse por parte dos gestores e a consequente desmotivação em investir seus esforços na valorização da modalidade, vai contribuir ainda mais para o desinteresse por parte dos discentes (Di Pierro, 2014).

No entanto, a explicação mais aceita, até o momento, é a de que as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores não são atendidas pelos cursos das escolas públicas, nas características que assumem atualmente. A oferta pública de EJA quase sempre é realizada em período noturno e nas mesmas escolas e com os mesmos professores que atendem, em período diurno, o público do ensino regular. Como os cursos de licenciatura não preparam o profissional para atuar com o público jovem e adulto, acaba-se por reproduzir nessas turmas os métodos e conteúdos do ensino regular, até que os docentes adquiram experiência para atuar com público da EJA, na prática do dia-a-dia (Ribeiro, 1999; Pereira & Fonseca, 2001).

Os cursos desta modalidade se assemelham muito aos do antigo Ensino Supletivo: cursos acelerados, voltados à reposição dos mesmos conteúdos escolares, e currículo pouco significativo e desarticulado das necessidades de aprendizagem do público-alvo. Isso leva, na

prática, à ignorância da riqueza de saberes dos jovens e adultos, tratando-os como indivíduos infantilizados, desprovidos de conhecimentos ou experiências de vida (Di Pierro, 2014).

Segundo Oliveira (1999), para refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem e enquadrar os métodos à realidade social destes indivíduos, deve-se considerar, ao menos, três campos: a condição de "não-crianças", a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Em suma, os desafios para a promoção da EJA são muitos e devem ser enfrentados pelas equipes gestoras das escolas, partindo do estímulo à comunidade pela demanda à modalidade, da formação docente e da flexibilização de modelos, para atendimento às necessidades do público-alvo. Só assim, se contribuirá para a criação de um ambiente acolhedor da diversidade e para o alcance dos objetivos propostos pela EJA (Di Pierro, 2014).

3. METODOLOGIA

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando-se da estratégia de estudo de caso instrumental, objetivando a análise da realidade dos atores da modalidade EJA de uma escola pública da rede estadual de ensino de Pernambuco. A opção por esta estratégia de estudo se justifica por se tratar o objeto de pesquisa de um fenômeno social contemporâneo, do qual se pretende apreender o seu contexto real de forma ampla, contribuindo para gerar ideias visando sua solução (Birochi, 2015).

Segundo Chizzotti (1995) e Yin (2001) o estudo de caso se constitui a estratégia de pesquisa mais apropriada ao permitir a utilização de técnicas diversificadas, o recurso a diferentes fontes de evidências, o estudo de caso propicia um retrato abrangente e detalhado do fenômeno, propiciando um relato organizado, ordenado e crítico.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários estruturados, com o objetivo de efetuar um recorte transversal do fenômeno estudado. Estes questionários foram elaborados considerando as possíveis motivações para o insucesso da Educação de Jovens e Adultos, já discutidas nas principais referências trazidas neste artigo sobre os desafios enfrentados pela modalidade. Após elaboração, os questionários foram aplicados a um grupo de alunos, professores e membros da equipe gestora, envolvidos com a EJA, de uma escola da rede pública estadual de educação, localizada no município de Paulista.

De posse das respostas, elas foram analisadas, para que fossem identificados os principais desafios, na concepção dos atores investigados, para o alcance dos objetivos propostos pela modalidade em questão. E, com base nos desafios identificados, foram sugeridas alternativas de atuação para as políticas públicas de educação vigentes e a criação de novas políticas, que, na visão dos autores, contribuem para a superação das dificuldades enfrentadas pelos atores da EJA e para o consequente atingimento das metas estipuladas para esta modalidade.

4. RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com 78 alunos e 11 profissionais de educação (sete docentes, três membros da gestão e um educador de apoio), que representam os atores envolvidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco.

Quanto ao perfil socioeconômico do alunado, cerca de 56% do público era do sexo feminino, 76% com idade até 30 anos e 74% com estado civil solteiro, o que caracteriza um público jovem, em sua maioria. Em relação à ocupação, a maioria dos alunos, representada por 68% destes, estava desempregada no momento da pesquisa. Isto pode estar relacionado tanto ao perfil predominantemente jovem do alunado quanto à questão da sua baixa escolaridade.

Outros dados também corroboram com o perfil jovem dos entrevistados. A maioria destes, cerca de 70%, estava sem estudar há menos de 5 anos, pois muitos relataram que estavam estudando no ensino regular e migraram para a EJA ou que vieram de módulos da EJA do Ensino Fundamental para dar continuidade aos estudos no Ensino Médio da modalidade na escola analisada. Dos alunos que estavam há mais de 5 anos sem estudar, 78% relataram que o motivo do afastamento dos estudos foi a necessidade de conseguir uma oportunidade de trabalho.

E quando questionados sobre os motivos de terem ingressado na EJA, 50% responderam que tinham interesse em concluir o ensino médio para dar continuidade aos estudos, visando ingresso em cursos profissionalizantes, técnicos ou de nível superior. Os demais se dividiram entre os motivos de apenas concluir o ensino médio, tentar um emprego, por exigência do emprego atual e outros motivos (27%, 17%, 2% e 4%, respectivamente).

Entrando no campo das dificuldades que os alunos apontam como limitantes para o seu progresso na EJA, identifica-se que, no âmbito da escola estudada, não são determinantes os motivos correlatos às características do ambiente escolar. A qualidade do ensino é bem avaliada pelos alunos, já que cerca de 93% considera-a semelhante ou melhor que a do ensino regular e 67% relata não ter dificuldades em acompanhar o ritmo de estudos da EJA. Quanto ao relacionamento interpessoal, quase a totalidade dos alunos, cerca de 96%, mencionou ter bom relacionamento com a gestão, com os professores e professoras e demais alunos. E 99% indica que se sentem bem em frequentar o ambiente escolar.

Ademais, no que tange a dificuldades de ordem externa, ou seja, aquelas independentes ao ambiente escolar, cerca de 60% dos entrevistados alegou possuir alguma. Entre as dificuldades apontadas, destacaram-se as voltadas à atividade laboral, uma vez que 28% dos estudantes indicaram que a rotina de trabalho em período diurno ou, até mesmo, os choques de horário entre o trabalho e as aulas, no período noturno, são fatores considerados impactantes no seu rendimento e permanência na EJA. Outros fatores, como atividades domésticas, problemas familiares e outros, representaram parcelas menores das dificuldades enfrentadas pelo público da EJA na referida escola, com 15%, 9% e 8% das respostas, respectivamente.

Apesar das dificuldades relatadas, cerca de 81% dos alunos alegaram não pensar, nem terem pensado, em abandonar os estudos. E os 19% que indicaram ter pensado em desistir, disseram que o fariam devido a dificuldades de aprendizagem ou dificuldades externas ao ambiente escolar.

Os profissionais de educação da escola entrevistados na pesquisa podem ser considerados como experientes em atuação na EJA, uma vez que sete (64%), dos onze entrevistados, atuam nesta modalidade há mais de quatro anos. E essa experiência foi reforçada pelo fato da percepção destes ter corroborado com os resultados obtidos entre os alunos.

Todos esses profissionais relataram gostar e não ter dificuldades em trabalhar na EJA. No entanto, apesar de 73% destes considerar os alunos da EJA mais interessados e responsáveis do que os do ensino regular, 91% admite que dificuldades de aprendizagem e dificuldades externas, especialmente ligadas a obrigações com o trabalho, são os principais fatores limitantes à permanência dos estudantes na escola e ao alcance dos objetivos da modalidade EJA.

As limitações de aprendizagem, mencionadas pelos profissionais, podem ser percebidas no terço dos estudantes que alegou dificuldades em acompanhar o ritmo de estudo do EJA. Enquanto que as dificuldades relacionadas às atividades laborais, relatadas pelos profissionais, podem ser identificadas na parcela de alunos que alegam ter abandonado os estudos devido ao

trabalho e nos 28% que indicam o trabalho como dificuldade externa que impacta negativamente em seus estudos na EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos com a pesquisa, pode-se indicar como fatores limitantes ao sucesso da EJA na realidade investigada a dificuldade de aprendizagem dos alunos e as dificuldades impostas pelas atividades laborais do público que ingressa na modalidade.

Para lidar com o primeiro desafio, se faz necessária uma reestruturação da forma de abordagem de conteúdos para as aulas da EJA. Precisa-se enfatizar em técnicas que considerem que o ensino está sendo praticado para um público de não-crianças, com necessidades e interesses diferenciados. Para isso, uma operação conjunta, envolvendo Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, gerência regional, gestão e professores, deve ser montada, no intuito de estabelecer metodologias mais interativas e integrativas de abordagem, que tenham como ferramentas protagonistas as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Secretaria e gerência regional devem viabilizar recursos e formações para que gestão e professores consigam tornar realidade o emprego destas tecnologias em sala de aula. Como o perfil do público desta modalidade, na escola analisada, é jovem, a demanda por abordagens baseadas na utilização de TICs é intensa, já que este tipo de público está cada vez mais conectado e interessado pelos processos digitais. Se utilizadas ferramentas que despertem o interesse do alunado, a aprendizagem será mais efetiva, uma vez que alunos estarão vinculando interesses a conteúdos trabalhados em sala de aula.

Quanto ao desafio de superar os impactos das atividades laborais no rendimento dos alunos, também é sugerido o emprego da tecnologia como aliada aos processos de ensino-aprendizagem. De maneira articulada, secretaria, gestão e professores podem desenvolver estratégias digitais alternativas, que favoreçam a flexibilização de horários e o acesso a atividades para aqueles que apresentam limitações de frequência justificadas pela atividade laboral. Não seria o caso da substituição das aulas presenciais pela utilização exclusiva de ferramentas da educação à distância, mas apenas utilização de plataformas para disponibilização de vídeo-aulas gravadas ou equivalentes às aulas dos primeiros horários do turno noturno e de atividades avaliativas aplicadas nas turmas, para acesso daqueles que não puderam estar presentes pelo motivo mencionado.

REFERÊNCIAS

Birochi, R. (2015). *Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Material didático elaborado para o Programa Nacional de Formação em Administração Pública*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Brasil (2000). *Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf. (13 de Janeiro de 2019).

Brasil. (2005). *Decreto n.º 5.478, de 24 de junho de 2005* (Proeja). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.478%2C%20DE%2024%20DE%20JUNHO%20DE%202005.&text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es,que%20lhe%20confere%20o%20art. (13 de Janeiro de 2019).

Brasil. (2005). *Decreto n.º 5.557, de 5 de outubro de 2005* (Projovem). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-

2006/2005/Decreto/D5557.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.557%2C%20DE%205%20DE%20OUTUBRO%20DE%202005.&text=Regulamenta%20o%20Programa%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art. (13 de Janeiro de 2019).

Brasil. (2005). *Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Mpv/238.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20238%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202005.&text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20Secretaria,comiss%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. (13 de Janeiro de 2019).

Brasil. (2005). *Parecer nº CNE/CBE 2/2005. Conselho Nacional de Educação*, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12740-ceb-2005. (13 de Janeiro de 2019).

Brasil. (2010). *Resolução FNDE/CD nº 6, de 16 de abril de 2010*. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3388-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-6-de-16-de-abril-de-2010. (14 de Janeiro de 2019).

Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.

Di Pierro, M. C., & Graciano, M. A. (2003). *Educação de jovens e adultos no Brasil.* São Paulo: Ação Educativa.

Di Pierro, M. C. (2008). Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente, *Educação e Sociedade*, 38(134), 367-391.

Di Pierro, M. C. (2014). Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos, *Revista Nova Escola*, Disponível em: https://gestaoescolar.org.br/conteudo/ 114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos. (12 de Janeiro de 2019).

Hernández, G. E. (2008). Reporte sobre el estado actual de la educación de personas jóvenes y adultas em México, *Revista Interoamericana de Educación de Adultos*, 30(2), 7-69.

Jeffrey, D. B., Leite, S. F., & Dombosco, C. T. (2011). *Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil (anos 2000): o processo de juvenilização*.

Oliveira, M. K. (1999). Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem, *Revista Brasileira de Educação*, 12, 59-73.

Pereira, J. E. D., & Fonseca, M. C. F. R. (2001). Identidade Docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos, *Educação & Realidade*, 6(2), 51-73.

Prestes, A., & Andrade, E. R. (2017). *Educação de Jovens e Adultos: avanços e desafios.* Disponível em: http://www.cartaeducacao.com.br/ especiais/vale/educacao-de-jovens-e-adultos-avancos-e-desafios/. (12 de Janeiro de 2019).

Ribeiro, V. M. A. (1999). Formação de Educadores e a Constituição da Educação de Jovens e Adultos como Campo Pedagógico, *Educação e Sociedade*, 20(68), 184-201.

Ribeiro, V. M., Joia, O., & Di Pierro, M. C. (2001). *Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil.* Cadernos Cedes, 55.

Rodríguez, L. M. (2009). Reporte sobre el estado actual de la educación de personas jóvenes y adultas en Argentina, *Revista Interoamericana de Educación de Adultos*, 31(1), 7-38.

Teles, D. A., & Soares, M. P. S. B. (2016). Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização, *Revista Educação e Emancipação*, 9(1). Disponível em:

http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/4980/3060. (18 de Janeiro de 2019).

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.